

# **Emancipações distratais na Paraíba: imbricações entre relações familiares e poder local**

**Josineide da Silva Bezerra\***

## **Resumo**

A criação de municípios, elevando territórios distritais à condição de unidades locais de governo, se constitui como uma prática política recorrente na história republicana, sendo os anos de 1950 e 1960 aqueles em que essa iniciativa é mais destacável. Nesse período, a Paraíba apresenta a mais expressiva fragmentação municipal dentre todos os estados do país. Este texto analisa essa fragmentação, com foco nas forças políticas que ocuparam os postos de poder constituídos com a criação de suas municipalidades. Investigamos os municípios cujos primeiros prefeitos haviam atuado nas prefeituras dos municípios de origem. Trabalhamos com documentos legislativos e com censos eleitorais, disponibilizados pela Assembleia estadual e pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PB).

**Palavras-chave:** Emancipação distrital. Fragmentação municipal. Poder local

## **1. Considerações iniciais**

A criação de municípios é um dado inerente à dinâmica territorial brasileira, sendo uma prática continuamente presente na configuração do nosso território. Tocante a essa configuração, ao investigarmos os limites internos do país, verificamos que a intensidade dos processos de compartimentação municipal, a resultar na formação de municipalidades, se apresenta de modo bastante variável no decorrer da história.

Nas décadas de 1950 e 1960, essa intensidade foi mais expressiva, notadamente na Paraíba. Isso porque o estado mais que quadruplicou o número de municípios, saindo esses de 41 para 171 unidades – um crescimento bem acima das médias nacional e regional, em que se duplicou a malha municipal.

Buscamos, então, uma reflexão acerca da compartimentação municipal ocorrida no estado, com foco na ocupação dos espaços institucionais de poder

---

\* Docente da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em História.

que foram criados naquele contexto. Diante da amplitude dos municípios envolvidos, estabelecemos este recorte: analisamos as localidades em que os primeiros prefeitos eleitos haviam, igualmente, participado da gestão dos antigos municípios-sede. Esses prefeitos atuaram nas emancipações locais, por meio das quais os territórios distritais foram elevados à condição de territórios municipais.

Nesse curso, os prefeitos se constituem como importantes atores da cena compartimentadora, compondo a elite política local. A seu modo, fomentaram as emancipações, que foram efetivadas por intermédio de projetos de lei aprovados na Assembleia Legislativa (ALPB) e sancionados pelo governo estadual. Dessa forma, esses outros atores igualmente são compostos no campo da elite política que viabilizou as emancipações, sendo inscritos na esfera estadual.

Juntas, essas elites participaram dos dividendos eleitorais produzidos pela iniciativa emancipadora: com esta, o território distrital emancipado realizou-se como norma, à medida que foi regulado como unidade de governo, realizando-se também como recurso, uma vez que, por seu conteúdo institucional, serviu à reprodução política de espaços de poder. Com efeito, enfatizamos a esfera local, relativa aos municípios então recortados para a pesquisa.

## **2. Municípios “caçulas”, territórios de poder**

Com uma matéria remissiva à posse do prefeito de Prata, que deixara de ser distrito de Monteiro, na edição de 6 de janeiro de 1959, o jornal *Correio da Paraíba* traz o seguinte registro:

Por volta da 12:30 horas, uma salva de 21 tiros, às portas da cidade, anunciava a chegada da comitiva que acompanhava o Prefeito do município caçula, composta pelo representante do Chefe do Executivo [...] e outras autoridades. Sob os aplausos da multidão, foi o Prefeito conduzido até as dependências provisórias da [nova] Prefeitura (EMPOSSADO..., 1959).

Tomamos esse registro de empréstimo porque, conforme imaginamos, nas décadas de 1950 e 1960, muitas outras salvas de tiros devem ter sido ouvidas em todos os recantos da Paraíba. Isso porque, nesse período, o estado abrigou a formação de 130 municípios, certamente instalados ao modo daqueles aplausos. Em específico, nos anos de 1959 e 1961 houve a criação de 84 dessas

localidades. Uma após outra, todas ocuparam a condição de nova unidade política “caçula”, diante dos tantos “filhos” incorporados ao mapa estadual.

A despeito de fugir ao escopo direto deste texto, vale ressaltar que aqueles anos têm relação com as eleições estaduais de 1960, a partir das quais Pedro Gondim, que, no pleito de 1956, fora sagrado vice-governador, foi eleito governador do estado. Ao sancionar a emancipação daquelas 84 localidades, seguiu uma agenda que recebeu amplo apoio popular<sup>1</sup>.

Embasando esse apoio, a sociedade local atuou nos distritos que buscaram se emancipar. Nessa atuação, manifestou-se através de telegramas e de abaixo-assinados que foram remetidos à ALPB e ao Poder Executivo. Como exemplo, o abaixo-assinado promovido em São José dos Cordeiros, na mesorregião da Borborema, serve para que visibilizemos essa atuação.

Os abaixo-assinados, habitantes de SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS E PARARI, distritos do Município de SÃO JOÃO DO CARIRI, sem distinção de cor partidária, apelam para Vossas Excias., no sentido de apoiarem o projeto que tramita nessa Assembleia, criando o município de SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS que incorporará na sua área territorial o distrito de PARARÍ, consolidando assim a mais legítima aspiração dos signatários. Certos de que o presente merecerá dessa Casa a melhor acolhida, confessam-se antecipadamente agradecidos.<sup>2</sup>

Articulado por lideranças locais e posto como uma vontade manifesta das pessoas do lugar, o intuito emancipacionista foi movido pela denúncia de que pesava sobre os moradores distritais o abandono do seu distrito, uma vez que este não recebia da sede o suporte de serviços por eles demandado.

Não somente sob um conteúdo simbólico, atinente a aspirações “legítimas” e à necessidade de autonomia, a compartimentação municipal atendia a interesses políticos de ordem prática, à medida que aquelas lideranças voltaram sua atenção para a ocupação dos postos de comando originários da máquina governamental que viria a ser formada. Basta atentarmos para o fato de que as assinaturas de Nestor de Andrade Lima e Oscar Torreão encabeçavam o abaixo-assinado transcrito acima.

---

<sup>1</sup> Na contramão desse apoio, apenas o distrito de Boa Vista, vinculado a Campina Grande, se contrapôs à perspectiva de se emancipar do município-sede. Somente em 1997 é que o município veio a ser formado (BEZERRA, 2016).

<sup>2</sup> Abaixo-assinado datado de 8/7/1961. Consta no projeto de criação de São José dos Cordeiros. Disponível no Arquivo da ALPB: Caixa de Projetos de Emancipação – ano de 1961.

Esses nomes vinham de uma trajetória política em São João do Cariri, na prefeitura e na Câmara, e seriam, justamente, os primeiros prefeitos de São José dos Cordeiros. O projeto de criação do município foi apresentado em 1961 pelo deputado Francisco Pereira, com a anuência de Álvaro Gaudêncio, que era um dos principais representantes políticos dessa região caririseira.

Toda uma estrutura de poder familiar estava sedimentada em São João do Cariri, que era o município-tronco de muitas localidades que se formaram na região, sendo um dos mais antigos do estado. De acordo com Moreira (2012), na história republicana, Britos e Gaudêncios passaram a compor duas famílias de elite política que davam o tom da vida local, com continuada inserção na dinâmica política estadual.<sup>3</sup>

Lima e Torreão eram aliados dessas famílias. Eles são correlacionáveis ao que Lewin (1993) chamou de parentela, que é um conceito tangente a alianças construídas por meio de vínculos familiares e amizade política. Ou seja, o poderio da família de elite era afirmado na medida em que às redes familiares eram associados os coligados políticos de primeira hora, incorporados às suas trajetórias de mando, delas usufruindo em alguma escala. E uma dessas escalas dizia respeito às novas municipalidades.

O percurso daqueles prefeitos é exemplar porque, como eles, os que foram eleitos nos novos municípios estiveram, antes disso, na posição de líderes dos processos de emancipação. Da mesma forma como em São José dos Cordeiros, em outras trinta unidades de governo, seus gestores já haviam ocupado postos políticos nos municípios-sede, conforme demonstrado abaixo:

---

<sup>3</sup> Assinala-se que Gratuliano Brito, primo de José Américo, foi interventor no estado (1932-34). Em 1934, Tertuliano de Brito, também seu primo, elegeu-se deputado estadual (igualmente o fora em 1947, 1950 e 1954). No contexto tocante às emancipações, o destaque vai para Nivaldo Brito, que sucedeu Tertuliano (seu pai), exercendo três mandatos, entre 1959 e 1970, e para Álvaro Gaudêncio, deputado estadual por seis mandatos, entre 1947 e 1970.

**Quadro 1 – Prefeitos eleitos nos novos municípios com histórico político no município de origem (1959-1962)**

Município	Gestor	Eleição	Eleição e/ou candidatura anterior
Alhandra	Manuel Torres Filho	1959	Vereador em João Pessoa (1955)
Araçagi	Vanildo Maroja	1960	Vereador em Guarabira (1959)
Areial	Francisco Apolinário	1962	Vereador em Esperança (1959)
Barra de Santa Rosa	João Inácio da Silva	1959	Vereador em Cuité (1955)
Bayeux	Geraldo Santana	1960	Vereador em João Pessoa (1959)
<b>Belém do Brejo do Cruz</b>	<b>Fábio Mariz Maia</b>	<b>1962</b>	<b>Vice-prefeito de Brejo do Cruz (1955)</b>
Borborema	Arlindo Ramalho	1960	Vereador em Bananeiras (1955)
<b>Cachoeira dos Índios</b>	<b>Epitácio Leite Rolim</b>	<b>1962</b>	<b>Vice-prefeito de Cajazeiras (1959)</b>
Cuitegi	Antônio Paulino	1962	Vereador em Guarabira (1959)
Dona Inês	Mozart Bezerra	1960	Vereador em Bananeiras (1955)
<b>Duas Estradas</b>	<b>Francisco Santos</b>	<b>1962</b>	<b>Vice-prefeito de Serra da Raiz (1959)</b>
Frei Martinho	Antônio Gomes Filho	1962	Vereador em Picuí (1951)
Ibiara	João Nunes Magalhães	1963	Vereador em Conceição (1951)
Itapororoca	Rúbio Maia Coutinho	1962	Vereador em Mamanguape (1959)
<b>Itatuba</b>	<b>Francisco E. de Andrade</b>	<b>1962</b>	<b>Prefeito de Ingá (1955)</b>
Jacaraú	Pedro Regis da Silva	1962	Vereador em Mamanguape (1959)
Junco do Seridó	Jonata Tavares	1962	Vereador em Santa Luzia (1959)
Juripiranga	Teonas Cavalcante	1962	Vereador em Pilar (1959)
<b>Lagoa de Dentro</b>	<b>Acrísio Freire Vieira</b>	1962	<b>Vice-prefeito de Caiçara (1959)</b>
<b>Mãe d'Água</b>	<b>José Tota Soares</b>	<b>1962</b>	<b>Vice-prefeito de Teixeira (1959)</b>
<b>Mogeiro</b>	<b>José Silveira</b>	<b>1962</b>	<b>Prefeito de Itabaiana (1955)</b>
Nova Floresta	Benedito M. Silva	1959	Vereador em Cuité (1955)
<b>Olho d'Água</b>	<b>Djalma Leite Ferreira</b>	<b>1962</b>	<b>Prefeito de Piancó (1951)</b>
Olivedos	José M. de Araújo	1962	Vereador em Soledade (1959)
Paulista	Cândido Queiroga	1962	Vice-prefeito de Pombal (1955) e Candidato a prefeito (1959)
Queimadas	Maria Dulce Barbosa	1962	Vereadora em Campina Grande (1955)
Riacho dos Cavalos	Janduhy Saldanha	1962	Vereador em Catolé do Rocha (1959)
<b>São José dos Cordeiros</b>	<b>Nestor de Andrade</b>	1962	<b>Vice-prefeito de São J. do Cariri (1951)</b>
Santa Cruz	Adauto Ferreira	1962	Vereador em Souza (1959)
<b>São Sebastião de Lagoa de Roça</b>	<b>Alípio Bezerra de Melo</b>	<b>1962</b>	<b>Prefeito de Alagoa Nova (1959)</b>
Serra Branca	Manoel Gaudêncio Neto	1960	Vereador em São João do Cariri (1955)

Fonte: BEZERRA, 2016, p. 127-128.

Portanto, as emancipações, ao mesmo tempo em que fragmentaram os limites municipais, ao reorganizá-los, serviram à reprodução de territórios de poder. Merecem relevância os candidatos que foram eleitos para o Executivo, ao migrarem da condição de vice-prefeito para prefeito ou transitarem da prefeitura do antigo para a do novo município.

Acostamos essa discussão àquela tecida por Horta (1957), em conferência proferida no Segundo Seminário de Estudos Mineiros. À luz da sua fala, conexões familiares e política institucional aparecem como um tema marcante na história política mineira. Apesar de um recorte de viés regionalizado,

essa é uma síntese de referência, sob a qual trafega pelas recorrentes imbricações entre redes familiares, elites e Estado.

Nessa abordagem, Horta fez uma menção a práticas de fragmentação do território municipal, referindo-se à sua feição administrativa. Essas práticas foram articuladas com os arranjos políticos delas resultantes, tangentes à formação de unidades de governo, ressaltando-se sua repercussão em estruturas de poder familiar já consolidadas. Com as palavras do estudioso, tem-se este trecho:

A dispersão das 'famílias grandes' é, geralmente, consequência do êxodo para os grandes centros e para as áreas novas de colonização. A redistribuição administrativa, com a criação de novos municípios, contribui, também, de maneira sensível para o enfraquecimento do poder das grandes famílias tradicionais, permitindo que outras unidades menores apareçam na disputa do comando político do distrito emancipado. (HORTA, 1957, p. 124).

Essa sentença é válida para a história política da Paraíba, de modo geral. Nas municipalidades criadas, a reprodução de espaços políticos acomodou antigos e novos líderes, nas prefeituras e nas câmaras. Nesse contexto, em relação ao poderio familiar, três ponderações merecem ser anotadas.

Esses líderes, em algumas localidades, sobreviveram apenas à renovação do seu mandato no Executivo. Em outras, sendo esse curso o mais identificável, compuseram redes familiares de mando político, ocupando o Executivo e o Legislativo local. Por fim, mesmo em menor ocorrência, houve lideranças que assentaram a influência da sua parentela no distrito emancipado, concomitantemente a uma presença na antiga sede, inclusive chegando a alcançar projeção política regional, no parlamento.

Em meio a essas performances, ao percorrermos a ocupação dos espaços de poder nas novas unidades locais, percebemos a manutenção de uma "cultura" comum em relação aos antigos municípios-sede. As práticas políticas por lá identificadas indiciam comportamentos personalistas, amparados na autoridade do líder político municipal, assaz vinculado às elites locais, o que repercutiu em compromissos com uma estrutura centralista e de base familiar, tradicionalmente.

Mais que isso, essa autoridade realizou-se sobre vínculos pessoais mais diretos, especialmente porque as novas unidades locais compunham pequenos

municípios, a contar com o tamanho demográfico que os caracterizava.<sup>4</sup> Nesses territórios, a população local guarda relações de proximidade muito forte entre seus integrantes e, mais, entre eles e as instâncias do poder estatal, sendo essas contornadas por um modo patrimonialista e clientelista.

Essa apreciação segue os passos de Silva (2006), que estudou as últimas emancipações distritais ocorridas no estado a partir do Cariri paraibano; e de Gomes (1998), que analisou as práticas vigentes nos pequenos municípios criados no Rio Grande do Norte nos anos 1990.

Quanto àquela proximidade, é bem verdade que se pauta em compromissos de solidariedade e de apoio diante de necessidades cotidianas, pessoais e coletivas. Mas, igualmente, é pautada em uma cena de débito pessoal, que converge para o débito político. Ou seja, converge para uma cultura de favores, a qual constrange o conflito, a contestação e o enfrentamento.

Esse entendimento, por sua vez, vai ao encontro das discussões tecidas por Caniello (2003) ao abordar a dinâmica política da pequena cidade mineira de São João Nepomuceno, conforme assim a reconhece. Em seu texto, o autor aponta para a força de uma sociabilidade que é condicionada pela “pessoalização”, que impõe uma forte visibilidade sobre as pessoas – sobre suas formas de pensar e de agir. Isso, de maneira similar, concorre para aquele constrangimento.

Para esse autor, “na relação entre tendências de estabilidade estrutural e pressões modificadoras conjunturais, o ‘estilo’ de um povo, o seu ‘jeito de ser’, mantém a integridade *modulando-se* no tempo, isto é, *sintetizando tradição e mudança*” (CANIELLO, 2003, p. 32, grifos do autor). Igualmente, nomeia esse estilo de vida de *ethos* comportamental, o qual, dialeticamente, não se realiza “incólume” ao tempo, daí encerrar mudanças e permanências, muito embora haja a prevalência de condutas mais afeitas a práticas e a ideias corriqueiras e já consagradas, segundo reconhece o estudioso.

Em meio a uma grande lista de pequenos municípios, e diante daquela pessoalização, bem como diante da cultura do débito, temos que a força da

---

<sup>4</sup> Optou-se por um indicador de base demográfica, porém os geógrafos, especialmente, também trabalham com outros indicadores: economia local, base fiscal municipal, articulações socioeconômicas com municípios do entorno ou grau de urbanização. Sem enveredar por esses vieses, aponta-se que, no Censo Demográfico de 1970, entre os 171 municípios da Paraíba, tinham até 10 mil habitantes 95 municípios (55,5%). Entre os 130 que foram criados nas décadas de 1950 e 1960, eram 93 unidades com esse perfil (71,5%).

tradição retroalimentou a estrutura centralista e familista então mencionada. Uma tradição que se adaptou aos arranjos institucionais vigentes, em que os processos eletivos ordenavam a composição dos postos políticos em todos os níveis. Se o lugar do conflito é de difícil vivência, o consentimento tende a ser fortalecido. Nesse curso, nas redes sociais, o mote de campanha de um dos candidatos a prefeito estudados nesta pesquisa era “rumo ao penta” – uma remissão aos quatro mandatos por ele já exercidos.

Passamos, a seguir, a focar três municípios de referência para a discussão aqui proposta. Foi selecionada, para este texto, uma localidade por mesorregião do estado, a partir do Agreste, da Borborema e do Sertão. Recuperamos o comando da gestão municipal, da primeira eleição até o pleito eleitoral de 2012.

### **3. Poder local em cena: discussões à luz dos municípios estudados**

#### **3.1 Itatuba (Agreste Paraibano)**

O projeto de emancipação de Itatuba, ocorrida em 1961, guarda um documento bastante relevante. O prefeito de Ingá, que era o município de origem, Francisco Ernesto de Andrade, conhecido como Bacamarte, “por solicitação verbal do deputado Antônio Vital do Rêgo”,<sup>5</sup> atestou à Assembleia estadual que o distrito apresentava perfeitas condições para ser emancipado.

Objetivamente, são listados quatorze pontos com informações sobre o distrito: equipamentos públicos, estado de conservação das vias, serviços de comércio oferecidos, disponibilidade de financiamentos agrícolas, atividades produtivas, arrecadação local, entre outros. No que atina à situação demográfica, o gestor declara que, “de acordo com as estatísticas municipais o distrito de Itatuba tem mais ou menos a população exigida por lei”.<sup>6</sup>

Todavia, com 7,5 mil habitantes, esse perfil destoava das exigências (mínimo de 20 mil habitantes). Seria possível deixarmos de lado esse parâmetro, pelo seu recorrente descumprimento. Porém, destacamos que, na eleição de

---

<sup>5</sup> Declaração constante no projeto de emancipação de Itatuba, n.º 332/61. Disponível no Arquivo da ALPB: Caixa de Projetos de Emancipação – ano de 1961.

<sup>6</sup> Declaração constante no projeto de emancipação de Itatuba, n.º 332/61. Disponível no Arquivo da ALPB: Caixa de Projetos de Emancipação – ano de 1961.



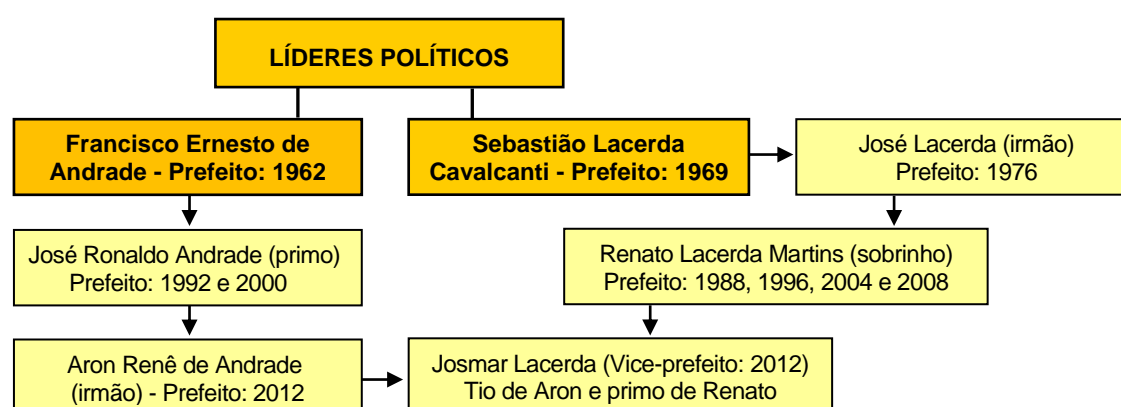
1962, Francisco Ernesto de Andrade, gestor que forneceu um apanhado geral acerca do distrito, foi o primeiro prefeito eleito do novo município.

No seu governo, houve benfeitorias quanto à praça da cidade, ao posto de saúde, ao campo de futebol e à “chegada” da luz de Paulo Afonso. Isso implica que o nome de Andrade materializou as perspectivas da sociedade local em relação ao acesso a bens e serviços. Perspectivas que são frisadas em diferentes estudos que abordam, direta ou indiretamente, a criação de municípios.<sup>7</sup>

Na sua eleição, a composição inicial do Executivo e do Legislativo local contou com outras migrações no âmbito da família Andrade: o primo do prefeito, Antônio Ernesto, vereador em Ingá, passou à condição de vice-prefeito da nova municipalidade; também eleito, o vice-prefeito de Ingá migrou para a Câmara de Vereadores. “Seu Doutor”, como era conhecido Joaquim Francisco, era o pai de Francisco Ernesto. O nome desse mandatário materializou a ascensão a postos de comando, desde então. Na história de Itatuba, outros sujeitos, além dos citados, fizeram-se presentes no roteiro de mando escrito para essa localidade.

O organograma abaixo, além da identificação de Francisco Ernesto, traz a referência ao terceiro prefeito, Sebastião Lacerda, que havia sido vereador. Com ele, outro segmento familiar despontou no comando municipal. Há de se destacar o nome do seu sobrinho, Renato Lacerda, que veio a ser aquele que mais governou o município. Ao lado da sua família, esses prefeitos somam o controle de dez mandatos à frente do Executivo em um universo de treze pleitos eleitorais.

Figura 1 – Líderes municipais de referência em Itatuba (PB) e seus herdeiros políticos



Fonte: Bezerra (2016, p.197).

<sup>7</sup> Bezerra (2006), Fávero (2004), Miranda e Souza (2012), Moreira (2012) ou Mota Júnior (2006).

O organograma está focado no Poder Executivo, como observável. Aliás, na atual composição, sobrinho e tio situam-se na condição de prefeito e de vice, com Aron Renê Andrade e Josmar Lacerda, que, por sinal, simbolizam um atamento de todos os nomes citados, porque interligam as duas famílias.

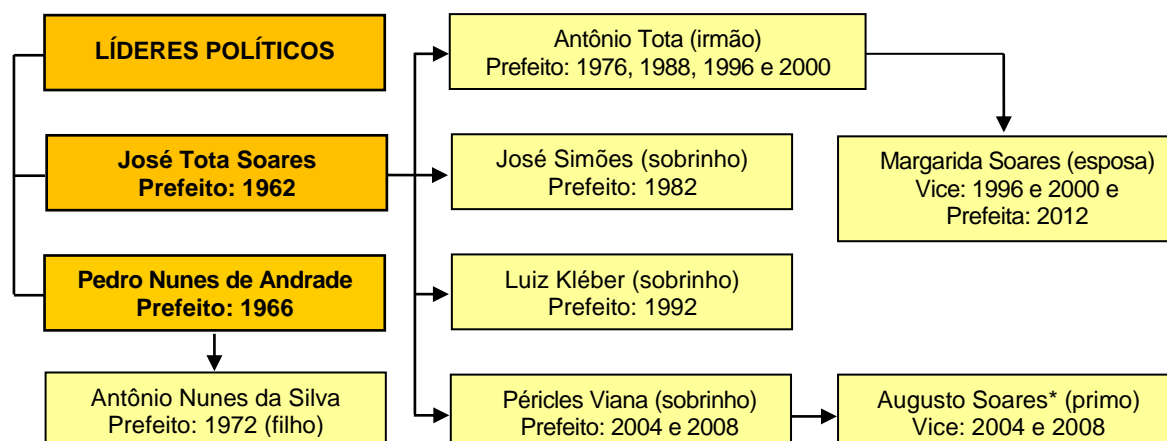
### **3.2 Mãe d'Água (Sertão Paraibano)**

O município Mãe d'Água localiza-se na porta de entrada do Sertão Paraibano, na região de Patos. Desmembrado de Teixeira, que ficava a mais de 33 km do seu antigo distrito, foi criado em 1961, com uma população de 4,7 mil habitantes (Censo Demográfico de 1960). Como no caso de Cachoeira dos Índios, o projeto de sua emancipação também foi apresentado por Joacil de Brito, que tinha em Teixeira, no entanto, uma boa base de apoio, já que associado à família de Silveira Dantas, líder político da região, de quem era afilhado.

Naquele momento, José Soares de Figueiredo era o vice-prefeito do município-sede, com uma influência política herdada do seu pai, o vereador Luiz Figueiredo. José Tota, como Soares de Figueiredo era conhecido, migrou para a nova municipalidade, sendo eleito seu primeiro prefeito em 1962.

Esse jovem político, também médico de formação, como outros nomes já citados, deu início a um novo núcleo de domínio político-familiar, apartado de Teixeira e eficientemente instalado na nova localidade de Mãe d'Água. Na eleição subsequente, em 1966, foi eleito deputado estadual, ficando na suplência em 1970. Ao alçar o campo regional, sendo, ainda, secretário Estadual da Saúde (1983-1986), legou sua liderança ao irmão, Antônio Soares, popularmente chamado de Toinho Tota, que foi prefeito por quatro mandatos. O primeiro deles foi assegurado pela sua vitória no pleito de 1976. Desde então, a família ocupa a prefeitura local. Para visualizarmos esse domínio, temos outro organograma.

Figura 2 – Líderes municipais de referência em Mãe d'Água (PB) e seus herdeiros políticos



Fonte: Bezerra (2016, p.201).

\* Filho mais velho de José Tota Soares.

Entre 1976 e 1996, Toinho Tota revezou seus mandatos com familiares, até que veio a reeleição, permitindo-lhe a candidatura subsequente no pleito de 2000. Em 2004, mais um revezamento. Falecido em 2007, o município seguiu com seus herdeiros políticos, de maneira que, com um só núcleo, os Tota Soares têm um saldo de quase quarenta anos de controle governamental.

Dessa forma, essa família compõe a mais expressiva força política entre os municípios criados na Paraíba, nas décadas de 1950 e de 1960, no que concerne à continuidade da presença ininterrupta de uma mesma parentela no comando municipal, entre as localidades formadas no período. À luz daqueles herdeiros, atenta-se para as composições firmadas em quatro mandatos entre 1997 e 2012: os prefeitos e seus vices tinham laços familiares diretos – uma situação comum àquela que existe hoje em Itatuba.

Abre-se um parêntese quanto a essas composições, no que atine à sua extensão às secretarias municipais. Hoje, Mãe d'Água apresenta o maior número delas, com onze no total – das quais, cinco são ocupadas pela família Tota. Em seguida, vem Belém de Brejo do Cruz, com dez. Entre as localidades pesquisadas, o vínculo familiar com o gestor impõe-se, praticamente, como regra. Os casos mais expressivos dizem respeito a Olho d'Água, em que esse vínculo envolve seis secretarias das nove existentes e Lagoa de Dentro, com cinco nomes, entre as oito pastas. As secretarias da Administração e das Finanças são

as mais recorrentemente ocupadas sob essa lógica, sem falar na de Ação Social, amiúde incumbida à primeira-dama.

### 3.3 São José dos Cordeiros (Borborema)

O distrito de São José dos Cordeiros, emancipado em 1961, com uma população de 6 mil habitantes, vincula-se a uma região de tradicional importância no estado. No seu município de origem, que era São João do Cariri, localizado a mais de 30 km de distância, toda uma estrutura de poder familiar já estava sedimentada, construída a partir das famílias Brito e Gaudêncio, como indicado anteriormente.

Antes da formação de São José dos Cordeiros, é importante lembrar que, em 1959, a emancipação de Serra Branca, principal distrito daquele município-sede, acomodou a repartição da influência dos seus caciques políticos, Álvaro Gaudêncio e Nivaldo Brito, deputados estaduais.<sup>8</sup> Essa acomodação incluía os interesses convergentes dos seus aliados, que compunham grupos familiares secundários, os quais, em seu distrito, atuaram nos quatro processos de compartimentação municipal por lá vividos. Assim, os estudos de Moreira são retomados, quando o pesquisador assinala:

Britos e Gaudêncios recebiam apoio de outras famílias residentes nos distritos, tal como os Maracajás e os Queiroz, de Gurjão, os Caluêtes e os Farias de Parari, os Torreões e Chagas Britos de São José dos Cordeiros, os Antoninos de Serra Branca, os Medeiros de São João do Cariri, os Duarte Barros de Sucuru e os Farias Castro de Caraúbas. O elo político entre estes chefes pequenos e as duas famílias era firmado no cadastramento partidário. Estes galgavam as oito vagas na Câmara Municipal e garantiam os votos dos distritos para as duas grandes famílias da região. (MOREIRA, 2012, p. 133).<sup>9</sup>

No curso desse “elo”, as famílias Queiroz e Torreão se afirmaram em “Cordeiros”, exercendo o comando político da prefeitura local. Inclusive, voltamos a mencionar que Oscar Torreão liderou a emancipação do novo município, vindo a ser prefeito, ao vencer as eleições de 1966 e em 1972.

---

<sup>8</sup> Gaudêncio foi deputado estadual entre 1947 e 1970, com sete mandatos. Brito exerceu três mandatos consecutivos, entre 1958 e 1970, e foi eleito suplente em 1970 e 1974. Sucedeu o pai, Tertuliano Brito, eleito deputado em 1934, 1947, 1950 e 1954.

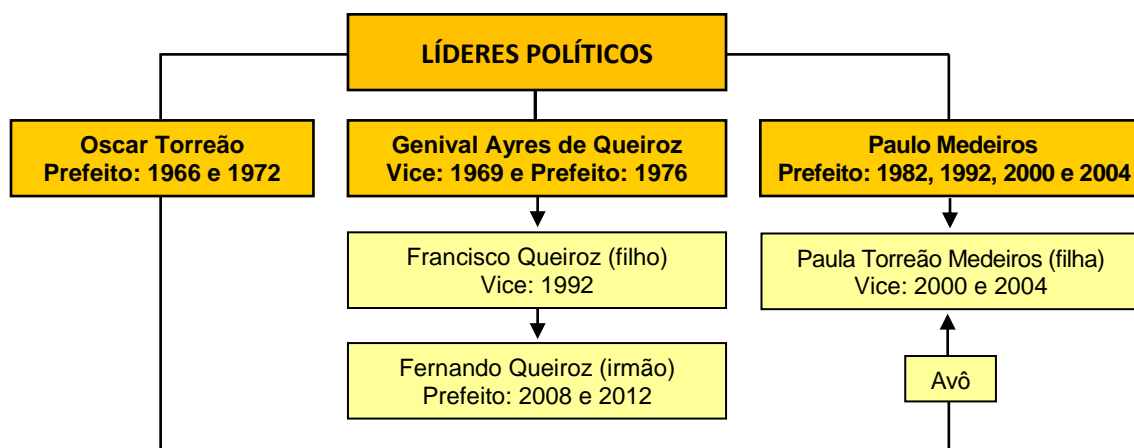
<sup>9</sup> Esclarecemos que Gurjão foi emancipado em 1962, e Caraúbas e Parari em 1994. Sucuru ainda é um distrito de Serra Branca.

Outro grupo que se projetou na nova localidade foi a família Medeiros, sob a batuta de Paulo Medeiros, que, entre 1982 e 2004, foi quatro vezes eleito para a chefia do Executivo. Paulo é irmão de Pedro Medeiros, que é genro e herdeiro político de Nivaldo Brito, sendo ele seu “sucessor” na ALPB. Portanto, a ascensão via matrimônio encorpou uma nova parentela. À maneira do que ocorreu em Mãe d’Água e em Itatuba, nos seus dois últimos mandatos, Paulo Medeiros tinha a filha, Paula Medeiros, como vice-prefeito municipal.

O caso de São José dos Cordeiros caminha na direção de uma parentela de poder concomitante no antigo e no novo município, ante o poderio que a família Medeiros conseguiu projetar. Também nesse aspecto, identificamos uma performance similar àquela de Belém do Brejo do Cruz, bem como àquela de Cachoeira dos Índios. Atualmente, o prefeito de São João do Cariri é Marcene Medeiros, que venceu as eleições locais de 2012. Marcene é irmão de Paulo e de Pedro Medeiros e já havia sido eleito em 2004, vindo a ser sucedido, na eleição de 2008, por Pedro Medeiros Filho, seu sobrinho – mais um exemplo de alternância de mandatos com nomes do mesmo núcleo familiar.

A Figura 3 recupera esse mando, no caso de São José dos Cordeiros.

Figura 3 – Líderes municipais de referência em São José dos Cordeiros (PB) e seus herdeiros políticos



Fonte: Bezerra (2016, p. 209).

Hoje, como identificado nessa representação, a localidade tem Fernando Queiroz como gestor – filho de Genival Queiroz, ex-prefeito municipal. Essa família e as famílias Medeiros e Torreão participam da condução da prefeitura em dez mandatos, de um histórico de treze constituídos no município, sem contar os

aliados políticos. Essa gestão é aquela que apresenta o menor número de secretarias municipais, embora a presença de familiares diretos na ocupação de suas pastas some metade do secretariado, com esposa e filhos do prefeito: Ação Social, Finanças e Saúde.

### **Considerações finais**

Intentamos a feitura de uma história territorial de recorte contemporâneo, sob o entendimento de que o mapa estadual foi continuamente reconfigurado. Na dinâmica que engendrou essa reconfiguração, os atores locais que promoveram as emancipações distritais foram pensados à luz dos seus interesses, expectativas e espaços de atuação.

Assimilamos o território municipal como espaço delimitado e apropriado, na evidência das disputas e convergências que o município enseja, estando a sua criação conjugada à (re)produção de escalas de mando. Portanto, a fragmentação municipal é uma espécie de *produção* territorial, ao se configurar os municípios como instrumentos de domínio. Um dado prefeito defendia a emancipação de um dos distritos do “seu” município, vindo a ser, em seguida, prefeito da localidade então criada. Portanto, prevaleceu o município como um recurso político, realizando-se como um trunfo de poder, encerrando um espaço de uso.

De forma geral, a temática aqui abordada é sempre remetida a esta pergunta: criar municípios é bom ou ruim? Ao que respondemos: depende. Houve avanços para a população local, mas existiu uma prevalente instrumentalização das emancipações, dirigidas para o usufruto de grupos políticos locais, sendo normatizadas em função das elites políticas, à revelia do seu custo político e econômico para o Estado e para a sociedade.

Com efeito, consideramos que, em efetivo, essa discussão não pode abrir mão é destas questões: mais vale o lugar do cidadão, independentemente dos lugares, se distrito ou município; interessa mesmo é o empoderamento dos territórios da política pela sociedade organizada; importa, indispensavelmente, a gestão responsável da coisa pública. É isso o que está em jogo, a merecer um esforço de reflexão e de reatividade diante de um quadro municipal marcado pelos muitos desequilíbrios entre os municípios brasileiros – fiscais, sociais, econômicos, locacionais.

## Referências

BEZERRA, Josineide S. **Novos municípios, velhas políticas**: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba. 2016. 245f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma "cidade pequena". **Mana**, 2003, v. 9, n. 1, p. 31-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n1/a03v09n1.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

EMPOSSADO o prefeito de Prata. **Correio da Paraíba**, 6 jan. 1959

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. 1998. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias governamentais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa da Universitária de Minas Gerais, 1957. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=72683&codUsuario=0>>. Acesso em: 5 maio 2015.

IBGE. **Censo demográfico de 1960**: Brasil. Rio de Janeiro, 1960. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Nacional, v. 1). Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD\\_1960\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MOREIRA, Márcio M. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). 2012. 223 f – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Anieres B. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino**: um outro olhar sobre o Cariri paraibano. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.